



Número 0

MARÇO 2019



PAÇOS DE FERREIRA

Boletim Informativo

Editorial

PSD cada vez mais perto de todos!



Bem vindo ao número zero da newsletter do PSD de Paços de Ferreira.

Esta iniciativa da Comissão Política do PSD concelhio pretende ser um espaço para todos: queremos dar a conhecer o trabalho da Comissão Política do PSD, da JSD e da equipa Coordenadora das MSD. Pretendemos, igualmente, que esta newsletter seja um veículo de transmissão do trabalho dos nossos autarcas. Desde logo, dos nossos Presidentes de Junta e membros de Assembleias de Freguesia mas também dos membros da Assembleia Municipal e Vereadores eleitos na

Câmara Municipal.

Dar a conhecer o projeto do PSD é o desígnio desta publicação. Mas é igualmente importante que saibam que este é um espaço que há-de estar sempre ao dispor de todos os militantes e simpatizantes do PSD. E para que esta ligação exista, queremos fomentá-la desde o primeiro momento. É por isso que, neste número zero, lanço a todos os nossos estimados companheiros um desafio: deverá ter reparado que a newsletter não tem ainda nome! Assim sendo, peço que nos apresente um nome que seja o mais adequado possível para uma publicação como a nossa! Aceite este desafio! Contribua para que também na comunicação com os militantes e com a nossa população, o PSD continue a crescer e a passar a sua "mensagem". Use os meios de comunicação que a Comissão Política tem ao dispor para o efeito (Facebook e mail).

Cumprimentos sociais democratas!

Destaques



Lanche Solidário (Pág. 2)



Visita às obras em Freamunde (Pág. 3)



Tomada de Posse (Pág. 5)



Atividade Municipal
(Pág. 6)

Mulheres Sociais Democratas organizaram Lanche Solidário

No passado dia 9 de dezembro teve lugar, em Freamunde, o Lanche solidário “Sentir a diferença”, levado a cabo pelas Mulheres Sociais Democratas de Paços de Ferreira. Este encontro teve como principal objetivo a recolha de material lúdico e pedagógico em favor das crianças que frequentam a Obra Social D. Sílvia Cardoso.

Com vista a alargar o leque de oferta lúdica e pedagógica da instituição beneficiada, as Mulheres Sociais Democratas pacenses promoveram uma iniciativa que se pautou pelo sucesso tanto ao nível da participação no evento como ao nível das contribuições



enviadas por parte de quem não pode estar presente no lanche solidário.

Segundo Célia Carneiro, das Mulheres Sociais Democratas do concelho de Paços de Ferreira, “a adesão superou as expectativas da organização uma vez que foram muitos os que quiseram dar o seu contributo a favor desta instituição da nossa terra”. Esta

representante e porta-voz do MSD pacense deixou um agradecimento especial a todos os que aderiram à iniciativa, referindo que “queremos expressar a nossa gratidão a todos os que participaram com a certeza que ajudarão na partilha de muita felicidade e de muitos sorrisos”.

PSD propõe alterações no Regulamento Municipal da Comissão Municipal de Proteção do Idoso

Em reunião do executivo municipal, ocorrida no passado dia 18 de dezembro de 2018, os Vereadores do PSD propuseram um conjunto de alterações ao Regulamento Municipal da Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Paços de Ferreira.

A declaração de voto em que assentou a proposta de alterações subscrita por Joaquim Pinto e Célia Carneiro dizia o seguinte:

“Sendo o acompanhamento e a proteção ao idoso de vital importância para os vereadores eleitos pelo PSD, gostaríamos de colocar algumas questões e deixar, também o nosso contributo com algumas sugestões.

A nosso ver o Regulamento Municipal da Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Paços de Ferreira deve ser um instrumento dinâmico de reflexão e ação e, nesse sentido, sugerimos:

- Que se proceda à integração e assento de dois elementos da

- Uma integração e assento de elemento da Universidade



Assembleia Municipal (um de cada bancada), à semelhança da CPCJ;

Sénior;
- Uma linha de emergência municipal para situações de mau trato;

- A criação de um manual ou guia de boas práticas para as famílias e instituições;

- A monitorização, sobretudo das situações das pessoas com dependência e com demência que se encontram no domicílio. Quem as representa em situação de incapacidade?

- A inclusão nessa Comissão de um jurista, por causa das questões legais relacionadas com as situações de incapacidade e inimputabilidade, promovendo-se, assim, a informação e a promoção da defesa dos direitos dos adultos com mais de 65 anos de idade.

- A definição de regras de atuação para eventuais situações em que ocorra negligência, abuso, mau trato, discriminação.

Por último solicitamos que se avalie a possibilidade destas regras ficarem neste Regulamento ou num regulamento paralelo”.

PSD visita as obras de Freamunde

No passado sábado, 23 de fevereiro, o PSD de Paços de Ferreira visitou as obras que decorrem no centro urbano de Freamunde e constatou, junto dos comerciantes locais, que a demora na conclusão das mesmas, tem causado vários prejuízos no comércio do centro desta cidade.

Os elementos da equipa da Assembleia Municipal do PSD de Paços de Ferreira, acompanhados por elementos da Assembleia de Freguesia de Freamunde e pelo Presidente da Comissão Política Concelhia, Joaquim Pinto, visitaram as obras que se encontram a decorrer no centro da cidade de Freamunde com vista a perceber as razões que

possam estar por detrás da demora na conclusão das mesmas.

Durante a visita e segundo o presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, Joaquim Pinto, foi possível ouvir os lamentos dos comerciantes que têm as obras à porta sendo que alguns se queixaram mesmo de “verem o seu volume de negócios cair mais de 35% face ao ano anterior”. Ainda de acordo com este responsável estes prejuízos ao comércio local já se contabilizam deste a passada época natalícia, altura em que “por causa da lama e da falta de condições, os clientes habituais das estruturas comerciais optaram por fazer as



tradicionais compras de Natal noutros espaços”.

Joaquim Pinto completou a apreciação à visita realizada afirmando que “de acordo com as

impressões recolhidas junto da população local, ninguém parece conhecer o prazo de finalização da obra nem, tão pouco, o seu real propósito”.



PSD exigiu o pagamento de ordenados em atraso a professores das AECs

A Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira, tendo tomado conhecimento que o ordenado referente ao mês de outubro dos professores das AECs ainda não tinha sido pago, solicitou à Câmara Municipal de Paços de Ferreira que envidasse esforços para uma rápida regularização da situação e para que a mesma não se viesse a repetir.

Cientes de que a responsabilidade das AECs é da autarquia, não obstante o facto desta ter entregue a gestão destas atividades

extracurriculares a uma empresa privada, os Vereadores do PSD lembraram o autarca da necessidade contínua de acompanhamento do serviço prestado por parte dos professores contratados, bem como, da importância de garantir que estes profissionais, que lidam diária e diretamente com os nossos filhos, tenham todas as condições para exercer a sua função.

Face à situação que os professores viveram nos primeiros meses do ano letivo, os

responsáveis pela Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira e também Vereadores sociais-democratas, fizeram pública a nota que dava conta do seu lamento face à privação do salário que os professores sofreram. Estes responsáveis do PSD lastimaram também que o mais básico dos direitos laborais, que é o recebimento de um salário, não estivesse a ser cumprido, indo-se, desta forma, contra a mais basililar regra de confiança e relacionamento entre a entidade patronal e os colaboradores.

PSD propõe atribuição de medalhas de mérito para Paços 2000 e Cruz Vermelha de Frazão

Joaquim Pinto e Célia Carneiro, vereadores do Partido Social Democrata de Paços de Ferreira, fizeram chegar ao executivo municipal uma proposta para atribuição de medalhas de Altruísmo e Mérito às associações concelhias que recentemente comemoraram bodas de prata: a Associação Paços 2000 e a Cruz Vermelha de Frazão.

Suportados na importância que ambas as associações representam para o concelho e tendo em conta o trabalho desenvolvido pelas mesmas em prol da sociedade pacense ao longo dos últimos 25 anos, os vereadores do PSD de Paços de Ferreira consideram que a atribuição de medalhas de Altruísmo e Mérito a estas conhecidas associações concelhias se justifica na medida em que, como avançou Joaquim Pinto “estas instituições desempenham um papel determinante e

fundamental no desenvolvimento cultural, socioeconómico, humanitário e social no nosso concelho”.

Na proposta que os vereadores sociais democratas remeteram ao executivo autárquico pode ler-se que a Associação Paços 2000 é uma instituição sem fins lucrativos, que dá apoio de solidariedade social em várias vertentes e que foi constituída para desenvolver no concelho um projeto de luta contra a pobreza.

Ao longo dos anos esta associação pôs em prática vários projetos sociais, tal como a dinamização de centros de dia, acompanhamento de crianças e fornecimento de refeições escolares, centros comunitários e de convívio, componentes de apoio à família, jardim-de-infância, e outros. Através destes projetos, e por via do trabalho desenvolvido ao longo



de mais de duas décadas, a Associação Paços 2000 tem contribuído de sobremaneira para a irradiação da pobreza em Paços de Ferreira.

Também baseados no papel fundamental que a Cruz Vermelha de Frazão tem no panorama social e solidário concelhio, os vereadores do PSD de Paços de Ferreira, entendem ser importante o reconhecimento a esta instituição por meio da atribuição de uma medalha de Altruísmo e Mérito.

Joaquim Pinto justifica esta pretensão afirmando que a “Cruz Vermelha de Frazão tem exercido um importante papel no desenvolvimento da proteção à dignidade humana, com a ajuda ao próximo quer em acidentes, catástrofes e casos de doença como em apoio social e solidário. A importância desta instituição é tal que, perante situações de carência económica de pessoas da nossa região, são distribuídos mensalmente, e a expensas próprias, 300 cabazes a famílias carenciadas”.

Processo das AECs atribulado leva a intervenção do PSD

No início do mês de outubro de 2018 o PSD de Paços de Ferreira teve acesso a um mail que a Câmara Municipal remeteu a docentes das AECs e onde se solicitava a candidatura destes a lecionar Xadrez e Robótica, sem qualquer tipo de exigência relacionada com conhecimentos e formação prévia.

No mesmo mail os docentes eram aconselhados a agregar horários às disciplinas que já lecionavam e eram também informados de que não seriam necessários “conhecimentos prévios, mas sim vontade e curiosidade para aprender”, sugestão que o PSD considerou de muito grave pois vai contra todos os fundamentos de existência das AECs.

Com vista a clarificar esta situação, e outras de igual gravidade que se prendem com o processo de contratação e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas de 1º Ciclo do concelho,

os Vereadores Joaquim Pinto (PSD) e Célia Carneiro (PSD) remeteram ao autarca em exercício um conjunto de questões referentes às falhas identificadas nesta área de



intervenção autárquica. Assim o presidente da câmara foi indagado acerca das razões que motivaram a falta de apresentação pública dos critérios de seleção de professores candidatos a lecionar nas AECs.

Os responsáveis do Partido Social Democrata em Paços de Ferreira quiseram ainda saber as razões para a escolha das atividades mencionadas no mail em detrimento de atividades

fundamentais para o futuro das crianças, nomeadamente a Educação Física, e, da mesma forma, questionaram o autarca acerca das razões que fundamentam a dispensa de conhecimentos por parte dos eventuais candidatos.

Acresceu à lista de perguntas remetidas ao autarca a necessidade de se saber quais as razões que sustentaram a escolha de professores sendo que, neste processo foram preteridos candidatos com mais anos de serviço contra outros sem qualquer tipo de experiência profissional. Neste contexto também se indagou o executivo acerca da contratação de professores que não têm habilitações literárias e pedagógicas mínimas.

Mais, Joaquim Pinto e Célia Carneiro, quiseram saber porque é que os professores das AECs sofreram um corte de 35% a 40% nos seus rendimentos em comparação com anos anteriores, assim como passaram a não ter direito a receber subsídio de férias e de Natal, passando a ter vínculos contratuais assentes na prestação de serviços (recibos verdes).

Bruno Torres é o novo líder da Comissão Política da Secção da JSD de Paços de Ferreira



No passado dia 1 de fevereiro, tomaram posse os novos órgãos da JSD de Paços de Ferreira.

Numa cerimónia que contou com a presença de cerca de 150 pessoas, Bruno Torres assumiu a liderança da JSD pacense, sucedendo a Miguel Pereira. A Mesa de Plenário da mesma estrutura tem agora como responsável José Martins.

Na cerimónia de tomada de posse da nova equipa da JSD de Paços de Ferreira estiveram presentes o ex-líder da estrutura, Miguel Pereira, e os responsáveis distritais do partido, Alberto Machado, do PSD, e Sofia Matos, da JSD, para além da Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Margarida Balseiro Lopes e do Presidente do PSD de Paços de Ferreira, Joaquim Pinto.

Em ambiente de festa, Bruno Torres assumiu o compromisso de cativar jovens para a política e, com este intuito, garantiu que irá apresentar propostas ao executivo autárquico. Mostrando-se preparado para dar à estrutura solidez e caráter, o novo líder da JSD de Paços de Ferreira, garantiu que durante o seu mandato não vai recorrer da “crítica destrutiva fácil” e trabalhará no sentido de apresentar ideias e propostas que visem ultrapassar os problemas do Concelho. Bruno Torres prometeu começar pelas políticas de juventude que, atualmente, não chegam ao público-alvo, na medida em que este não se satisfaz com “festas e festinhas”. Num discurso mais alargado ao panorama político nacional, a Deputada da Assembleia da República e Presidente da JSD nacional,

Margarida Balseiro Lopes, deu conta das incertezas do futuro que os mais jovens terão que enfrentar em consequências da “incompetência socialista”, nomeadamente no que diz respeito a situações relacionadas com as propinas universitárias e a ingresso no mercado de trabalho.

Em representação da Distrital do Porto da JSD, Sofia Matos, tomou a causa dos estudos académicos e sublinhou as dificuldades dos pais em trazer os filhos a estudar em universidades, sobretudo por causa dos preços elevados dos alojamentos. A regionalização foi outro dos temas que a jovem líder da Distrital JSD sublinhou, aproveitando a ocasião para lembrar que esta “é mais que necessária”.

Começando por felicitar os novos órgãos da JSD pacense, Alberto Machado, Presidente do PSD Distrital do Porto, reforçou a importância que a estrutura jovem tem para o partido e para a sua dinâmica distrital, chamando os jovens a atuar de forma ativa nas próximas europeias e legislativas. Ciente

das dificuldades que o Concelho de Paços de Ferreira atravessa, este responsável, fez algumas observações críticas ao estado atual do município e apelou à mudança em Paços de Ferreira.

Joaquim Pinto, Presidente do PSD de Paços de Ferreira, tomou da palavra para denunciar a estratégia de festa e foguetórios do atual executivo autárquico lembrando um evento realizado pela autarquia que custou milhares de euros ao erário municipal com vista à inauguração do Ano Municipal do Ambiente e Cidadania, sendo que, em paralelo, alguns funcionários da autarquia “têm que cumprir com a sua função de limpeza urbana”.

Do ponto de vista da estratégia interna da Concelhia do PSD, Joaquim Pinto, sublinhou a importância da proximidade com a população e militantes e destacou os núcleos que o partido tem em cada uma das freguesias do concelho.



Vereadores do PSD votaram contra um Orçamento Camarário de 2019 que representa um aumento de 830% dos impostos a cobrar aos cidadãos!

No dia 31 de Outubro de 2018, na reunião de Executivo Municipal Extraordinária para votação das Grandes Opções e Plano de 2019 da Câmara Municipal, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata votaram contra a proposta apresentada pelo Presidente de Câmara, Humberto Brito.

Na ocasião os Vereadores Joaquim Pinto e Célia Carneira explicaram as principais razões que justificaram a recusa da proposta do executivo com o seguinte sentido de voto:

1. O Orçamento de 2019 ficará marcado para a história pelo aumento astronómico de impostos a suportar pelos nossos cidadãos. O atual executivo eleito pelo Partido Socialista tem que explicar aos nossos cidadãos porque é que em 2018 previa

cobrar 700 mil euros de impostos indiretos e 220 mil euros de impostos diretos e para o ano de 2019 prevê cobrar 8,3 milhões de euros de impostos diretos e 340



mil euros de impostos indiretos (ver orçamentos apresentados para o ano de 2018 e 2019).

2. Não pactuamos com a estratégia delineada pelo Partido

Socialista para o futuro do concelho, materializada numa ação de festas e despesa corrente, enquanto o investimento previsto vai ter uma queda de mais de 7M€,

isto é cerca de 41% face ao ano de 2018;

3. Este é um orçamento que continua a fazer, nos seus considerandos, afirmações de

cariz partidário, demonstrando bem a forma como o atual Executivo eleito pelo Partido Socialista vê a posição que ocupa, a responsabilidade institucional que deveria assumir e acima de tudo, o objetivo com que gere os recursos públicos de todos nós: para fins puramente eleitorais.

4. Este é um orçamento que não inclui o impacto orçamental da criação da AmbiPaços, o que demonstra que, ou se arrependem da decisão tomada ou não acreditam que a empresa seja uma realidade no ano de 2019. O mesmo argumentário aplica-se à questão da água. Com um problema que é único: o impacto orçamental será brutal para os cofres da Autarquia pois, só no caso da água vai duplicar a sua dívida.

Vereadores do PSD propõem aumento dos apoios às associações desportivas/clubes do concelho.

Na reunião do Executivo Municipal do dia 18 de Dezembro, os Vereadores eleitos pelo PSD, solicitaram ao executivo municipal um aumento dos apoios aos clubes e associações desportivas do concelho.

Na ocasião a Vereadora Célia Carneira fez a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do PSD votam favoravelmente esta proposta pois concordam com tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento das nossas associações. No entanto, não podemos deixar de solicitar, a exemplo do que fizemos no ano anterior, que o apoio atribuído a cada uma das associações seja maior. Assim, recordando que as associações e clubes desportivos cumprem uma importante função de desenvolvimento desportivo em favor dos nossos jovens, em substituição do Estado e, em particular, da nossa Autarquia, solicitamos que este protocolo possa ser revisto, considerando:

1. O reforço do apoio a cada um dos clubes, alterando-se a metodologia de atribuição de verbas por equipa; alteração da estratégia de atribuição de um valor por atleta, alargando-

o a todo o plantel: os jovens a apoiar devem ser todos os que participam no plantel de cada escalão dos nossos clubes. A metodologia posta em prática por este Executivo defende que apenas alguns dos atletas devem ser apoiados, razão pela qual defendemos a introdução desta alteração de atribuição de verbas que repõe justiça e apoia quem tanto trabalha em prol da nossa juventude.

2. Terminar com o pagamento de horas de utilização dos espaços desportivos

municipais cobrados pela Gespaços uma vez que não é justo, nem adequado, que quem substitui a Autarquia na função de formar desportivamente os jovens tenha que pagar pela utilização de um espaço camarário. De forma a não criar desigualdades, defendemos, igualmente, que os clubes que possuam instalações próprias sejam apoiados pelos custos a suportar decorrentes da atividade (luz, gás, água, etc.) uma vez que quem não tem instalações não incorre nestas despesas.



Processo de constituição da Ambipaços – Parecer da ERSAR denuncia erros e falhas

O processo de criação da empresa municipal para a recolha de RSUe e limpeza urbana no concelho de Paços de Ferreira está envolto em incongruências que foram identificadas pela ERSAR e que dão conta de que os estudos efetuados pela autarquia estão feridos de credibilidade.

Face à forma como o processo de criação da empresa de limpeza urbana, Ambipaços, tem vindo a ser desenvolvido, a Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira, promoveu uma conferência de imprensa que visou tornar público o processo, os erros e discrepâncias identificados pela ERSAR e, simultaneamente, colocar questões ao autarca pacense, Humberto Brito, com relação ao parecer emitido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

No âmbito da conferência de imprensa realizada, Joaquim Pinto fez, primeiro, um enquadramento geral da situação, com vista a facilitar a compreensão da problemática por parte dos jornalistas. Neste contexto o Presidente da Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira, lembrou que em abril de 2018, a maioria socialista aprovou, tanto no Executivo Municipal como na Assembleia Municipal a constituição da empresa Ambipaços e sublinhou o facto de que o PSD votou contra esta proposta em ambas as votações realizadas.

Da mesma forma foi dito aos jornalistas presentes que a 29 de maio de 2018 a ERSAR emitiu um primeiro parecer sobre a constituição da empresa onde concluía que os documentos enviados pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira não continham os elementos exigidos, que o estudo económico-financeiro era apresentado, de uma forma global, com contradições, erros de cálculo e insuficiência de dados, estando também em falta os dados comparativos entre o modelo existente e o pretendido. O mesmo parecer sublinhava que os documentos não evidenciavam vantagens de viabilidade técnica e económica em comparação com o modelo existente. O parecer do Tribunal de Contas, que, entretanto também chegou à autarquia, veio ao encontro do afirmado pela ERSAR e a CMPF viu-se na contingência de ter que reformular o processo.

Assim, e já em dezembro do ano passado, no dia 26, a ERSAR volta a emitir um parecer onde são destacados erros que já haviam sido detetados na primeira vez e outros que parecem eliminar toda a credibilidade ao processo.

Dentre os inúmeros erros e incongruências apontadas pela ERSAR, Joaquim Pinto, destacou que a minuta de contrato em análise não contém nem o tarifário a praticar pela entidade gestora, nem a fórmula de atualização tarifária ou, tão pouco, a respetiva trajetória tarifária, o que constitui uma violação das leis em vigor para este setor.

Também foi sublinhado pelo Presidente do PSD pacense que nos dados apresentados no estudo se verificam erros de cálculo, para mais do dobro, no número de kg de lixo por habitante (43kg), quando comparado com o parecer da ERSAR (21.6kg).

Denota-se ainda, na análise feita ao parecer desta entidade reguladora que existe uma clara sobre-orçamentação do custo unitário de mercado atribuído aos “Contentores de resíduos indiferenciados”, de 338 euros, comparativamente aos valores de mercado para equipamentos novos que é cerca de 140 euros. Para além disso as quantidades de contentores e ecopontos reportados no estudo, e que irão transitar da SUMA para a empresa municipal, não coincidem com as quantidades comunicadas à ERSAR.

No relatório da ERSAR também se lê que não existe qualquer referência à aquisição de viaturas de lavagem de contentores, mas a empresa municipal será responsável por esta atividade e não poderá funcionar sem estes equipamentos.

Relativamente às rotas de recolha de resíduos, o estudo de viabilidade económica e financeira apresentado pela autarquia refere que serão mantidas as atuais, mas que haverá uma otimização das mesmas. No entanto, a ERSAR dá conta da ausência de identificação destas mesmas rotas e das melhorias citadas pelo que se mostra incapaz de aferir sobre as eventuais vantagens do modelo de gestão proposto.

Por último, no que toca ao elencar dos erros destacados pela ERSAR ao estudo de viabilidade económica enviado pelo executivo autárquico, Joaquim Pinto, que frisou tratar-se apenas da enumeração de alguns dos erros identificados no documento, deu a conhecer que o custo da viatura usada de recolha de resíduos indiferenciados a transitar da SUMA para a CMPF é igual ao custo unitário das viaturas novas de recolha de resíduos indiferenciados. Ou seja, segundo proposta da autarquia, os responsáveis autárquicos mostram-se dispostos a pagar tanto por uma viatura usada como por uma nova.

Certo de que os erros apontados pela ERSAR ao estudo que tem o selo de responsabilidade da autarquia, e que mesma adjudicou a uma empresa privada (BDO) pelo custo de 25 mil euros, são um sinal claro da total falta de competência na gestão do território por parte da maioria socialista, e sublinhando que estes níveis de competência são tanto mais baixos quanto maior é a exigência técnica dos processos, Joaquim Pinto, destacou que para o PSD de Paços de Ferreira é indiferente que o serviço seja realizado por privados ou pela empresa municipal, avançando que o real interesse do PSD pacense é que ruas sejam limpas e o serviço de recolha urbana seja um serviço eficaz, eficiente e viável.

No término da Conferência de Imprensa, Joaquim Pinto, deixou no ar um leque de questões que gostava de ver respondidas por Humberto Brito, nomeadamente:

Qual a razão pela qual o Presidente da Câmara não deu a conhecer ao Executivo Municipal estas dúvidas levantadas pela ERSAR, sendo que já foram realizadas mais de 5 reuniões do executivo municipal desde a publicação do documento?

A empresa BDO, verdadeira consultora do regime dado o número de trabalhos que já realizou e os milhares de euros que já ganhou (pagos pela população de Paços de Ferreira), vai ser responsabilizada por estes erros primários na execução de previsões?

Os Vereadores do PSD, (sem Pelouros) que são jocosamente apelidados pelo Sr. Vice Presidente como políticos em part-time, verificaram (e alertarem em tempo oportuno) para estes erros do processo que põem em causa a credibilidade da Câmara Municipal. Será que os Vereadores eleitos pelo PS, membros do Executivo com Pelouros a tempo inteiro, não tiveram tempo nem o cuidado de rever o processo, de forma a alterar os erros antes de serem submetidos a apreciação destas entidades? Ou foi mesmo uma questão de incompetência?

No meio desta trapalhada, o contrato de prestação de serviços pela SUMA já terminou. Qual o custo que esta prolongação do contrato tem para o município? Qual a capacidade que o executivo municipal tem para exigir que o trabalho seja bem feito? Até quando a nossa população vai ter um serviço de recolha de RSUs e de limpeza urbana assente em bases muito pouco sólidas?

Por último, estando no Ano Municipal do Ambiente, para além desta trapalhada, porque razão a maioria socialista gasta milhares de euros na realização de inauguração hollywoodescas e depois somos confrontados com colaboradores da Câmara Municipal que têm de comprar vassouras para cumprirem a sua função de limpar as nossas ruas? Com a Ambipaços vai ser igual?

Envio de Postal de Natal para a população de Paços de Ferreira

O PSD de Paços de Ferreira marcou a época natalícia com o envio de um original postal de boas festas aos munícipes. Os recursos que custearam esta iniciativa inédita, e ao contrário que se passa com outros que pagam este tipo de eventos com o erário público, foram do PSD pacense e, por meio desta iniciativa, visamos aproximarmo-nos ainda mais da população do nosso concelho.

Joaquim Pinto em Entrevista na RCPF



Na primeira entrevista à Rádio Clube de Paços de Ferreira de 2019 Joaquim Pinto, Presidente da Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira, fez um balanço do primeiro ano e meio de governação do atual executivo autárquico e deixou clara a ideia de que a equipa liderada por Humberto Brito não tem condições para concretizar algumas das promessas feitas em tempo de campanha eleitoral e que está, em várias matérias, a impugnar a qualidade de vida futura dos habitantes do concelho.

No seguimento das perguntas que lhe foram feitas pelo radialista responsável pela condução da entrevista, Joaquim Pinto começou por dar voz à problemática em que está envolvida a criação da empresa municipal Ambipaços, explicando que a posição do PSD não é contrária à municipalização dos serviços de recolha do lixo urbano mas que só pode apoiar a criação da dita empresa quando vir garantidas por parte do executivo municipal todas as condições de sucesso, melhor qualidade, melhores preços e mais satisfação dos munícipes. Face a este primeiro esclarecimento, o presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Paços de Ferreira lembrou os ouvintes de que o primeiro parecer emitido pela ERSAR em avaliação ao estudo de viabilidade económica e financeira da Ambipaços, apresentado pela autarquia, dava conta de vários erros, alguns deles graves, e demandava a correção e esclarecimento das falhas apontadas. Facto que, recorde-se, viria a acontecer, e que, uma vez mais, seria marcado pela enumeração de erros e falhas por parte

da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Outra das promessas eleitorais que o atual executivo municipal fez e que Joaquim Pinto considerou impossível de se concretizar ao longo do presente mandato, foi a Linha (ferroviária) do Vale do Sousa, cujo traçado preliminar apontava para um trajeto de 36,5 quilómetros, entre Valongo e Felgueiras, com estações e apeadeiros, também, em Paredes, Paços de Ferreira e Lousada. Não obstante as expectativas e promessas criadas em torno da referida linha de comboio por parte dos candidatos do PS à Câmara de Paços de Ferreira, soube-se, pouco antes da realização da entrevista na RCPF a Joaquim Pinto, pela voz do secretário de Estado das Infra-Estruturas, Guilherme d'Oliveira Martins, que a mesma só será alvo de estudo no âmbito do Programa Nacional de Investimentos de 2030.

Ao longo da entrevista, Joaquim Pinto, teve ainda oportunidade para abordar a temática da água e o aumento do preço da mesma para os consumidores do comércio, bem assim como o aumento do IMI, que, claramente, contrariou uma promessa feita por Humberto Brito em campanhas eleitorais. Joaquim Pinto lembrou que o atual autarca prometeu que não haveria aumento de impostos para os habitantes do concelho mas, em 2018, o IMI aumentou de 0,3 para 0,325 e que, provavelmente, este valor será ainda inflacionado em 2019.

Na temática da água, e porque o presidente da câmara recorreu de escusas que já lhe são habituais para atribuir ao líder do PSD de Paços de Ferreira a responsabilidade do aumento do preço dos tarifários aos comerciantes, Joaquim Pinto, explicou as alterações aos preços com um subterfúgio a uma ilegalidade cometida com vista a provocar junto dos eleitores a ideia de que a água baixaria e assim se cumpria a principal promessa eleitoral do primeiro mandato para se ganhar o segundo.

No fecho da entrevista, abordou-se outro assunto estruturante e em que, segundo opinião de Joaquim Pinto, o executivo municipal continua a concorrer de sobremaneira para a impugnação do futuro e desenvolvimento do concelho: o apoio às associações concelhias e, em particular à associação empresarial que vive, atualmente, sérias dificuldades financeiras. De acordo com o presidente da Comissão Concelhia do PSD de Paços de Ferreira o associativismo é uma das alavancas primordiais da vida concelhia e, mesmo, um suporte, ao cumprimento das obrigações autárquicas de promoção de saúde e desporto junto da população, pelo que estas instituições devem ser totalmente apoiadas. Joaquim Pinto lembrou que, neste contexto, os vereadores do PSD já apresentaram ao executivo uma proposta que visa ilibar as associações concelhias do pagamento dos espaços autárquicos que ocupam para a realização das suas atividades e, de alguma forma, compensar financeiramente, as associações que funcionam em espaço próprio.

No que diz respeito à Associação Empresarial de Paços de Ferreira, e reconhecendo que o papel da autarquia nesta matéria, mais do que de responsabilidade direta, seria o de fomentar desenvolvimento e prestar apoio informal, tal como sempre se fez ao longo dos mandatos liderados pelo PSD, Joaquim Pinto sublinhou a total falta de apoio a que a associação está votada, a péssima situação financeira em que se encontra e o quase desaparecimento e falta de vitalidade da marca "Capital do Móvel". Segundo o responsável pelo PSD de Paços de Ferreira, o atual executivo autárquico tem vindo, consecutivamente, a delapidar o património material e imaterial do concelho, sendo que uma das perdas que mais vamos lastimar no futuro será a da nossa marca identitária de "Capital do Móvel".

Colocação dos *outdoors* contra subida do IMI



O PSD de Paços de Ferreira denunciou, com a distribuição de vários *outdoors* pelo concelho, a quebra de uma promessa

eleitoral de Humberto Brito: Não subir os impostos!

Esta promessa foi feita em pleno debate na Rádio Clube de Paços de Ferreira e era, segundo afirmou o então candidato do PS, para estar em vigor durante todo o mandato.

No entanto, numa das suas primeiras medidas

como presidente da Câmara, propôs e aprovou com o seu executivo a subida da taxa de IMI dos 0,3% para 0,325%.

Não satisfeitos, o executivo, decidiu também terminar com a discriminação positiva que era dada às famílias com filhos no nosso concelho.

Perante este comportamento, o PSD de Paços de Ferreira não poderia "ficar calado" e, assim, denunciou publicamente esta falta de palavra, penalizadora para o rendimento da nossa população, do Presidente de Câmara.

Reação do PSD ao constante adiar das obras em Freamunde



As obras de regeneração urbana do centro da

cidade de Freamunde estão inquinadas! Para além do projeto não ter sido adequadamente apresentado à população, a demora na sua execução, cujos prazos de conclusão já foram adiados por duas vezes, está a gerar uma onda de descontentamento junto da população. Os comerciantes locais chegam mesmo a dar

conta de enormes prejuízos nos seus negócios.

Tendo em conta a situação tumultuosa provocada por obras tão prolongadas, o Partido Social Democrata colocou um *outdoor* junto do espaço que está a sofrer intervenção, onde se podia ler uma questão direcionada ao executivo municipal e aos

responsáveis da junta de freguesia. A pergunta, por enquanto, ainda não obteve resposta. Assim continuamos sem saber se este segundo adiamento de mais 57 dias é definitivo e, dentro de pouco mais de algumas semanas o novo centro urbano de Freamunde estará concluído.

Vereadores do PSD do Distrito do Porto debatem a mobilidade

Os Vereadores do PSD do Distrito do Porto criaram um fórum que tem por propósito a discussão de temas de interesse para a população. As ideias e medidas que ressaltam destas iniciativas podem ser colocadas em prática por via do papel que estes vereadores

desempenham nas câmaras para as quais foram eleitos.

Originalmente dinamizado pelos Vereadores Joaquim Pinto, de Paços de Ferreira, e Rafael Amorim, de Gondomar, o fórum teve a sua última reunião na Sede Distrital

do PSD do Porto (ao contrário do que normalmente acontece pois a reuniões costumam ser descentralizadas pelo Distrito) e serviu para discutir a mobilidade em todo o território de abrangência quer da Área Metropolitana do Porto como do Tâmega/Sousa.

Perante este comportamento, o PSD de Paços de Ferreira não poderia "ficar calado" e, assim, denunciou publicamente esta falta de palavra, penalizadora para o rendimento da nossa população, do Presidente de Câmara.